

ROUPAS DE ESCRAVOS E DE FORROS

Julita Scarano

Professora Adjunta da UNESP
e Pesquisadora do CNPq.

Necessidade material, proteção aos rigores do frio e do calor, o vestuário apresenta também uma vertente simbólica. A roupa sempre foi encarada como representativa de categorias econômicas e sociais, de cargos e de funções. Possui significado religioso, militar e outros. Ultrapassa o mero desejo ou a possibilidade individual: tem significado e valor social e mesmo seus supérfluos e seus aspectos meramente decorativos nos levam a melhor compreender um local e um período histórico.

Em nossa terra ainda faltam estudos a respeito do vestuário e, mais ainda, em se tratando daquele das gentes de cor nas Minas Gerais do século XVIII, assunto de minhas pesquisas. Essa deficiência tem seu óbice na real deficiência de fontes capazes de propiciar tal estudo, sejam elas escritas ou iconográficas. Não existem obras descritivas daquele período mineiro, capazes de, como acontece na *Ilíada* e na *Odisséia*, por exemplo, nos contar como eram os elmos, as perneiras, as armas dos guerreiros e as roupas de habitantes, inclusive de mulheres. No caso da Grécia, há possibilidade de se obter inúmeros informes da vida diária nas obras teatrais, como fez Kitto com grande propriedade¹

No Setecentos mineiro a literatura segue a moda da época e se mostra pouco descritiva em pormenores de vida cotidiana. Não se encontra também uma rica iconografia

que trate desses assuntos miúdos, como acontece nos túmulos egípcios e etruscos, para mencionar somente exemplos muito conspícuos. Mesmo na Idade Média se fizeram obras no gênero de *Les très riches heures* e inúmeros breviários² que mostram pessoas no trabalho, seus trajes e suas moradas e outras informações que nos levam a melhor compreender a vida e o modo de ser das pessoas de diferentes categorias econômicas e sociais. Ao menos até o momento, não foram encontradas obras como muitas que se conhecem em terras européias e asiáticas, capazes de informar e trazer conhecimentos bastante específicos sobre um passado tão mais distante do que nosso século XVIII!

Também a parte iconográfica, ainda pouco analisada nesse ponto de vista, e inclusive os ex-votos, trazem escassa informação sobre o vestuário dos grupos desfavorecidos. As cartas e relatórios enviados a Lisboa pelas autoridades locais tratam pouco e mal da vida cotidiana. Esses aspectos não podem ser esquecidos, pois, impossibilitam conclusões sobre inúmeros assuntos e impedem um conhecimento mais perfeito da vida no período. A respeito da gente de cor ainda é mais complicado, pois, aqueles que informavam sobre a região, quase sempre num enfoque mais econômico, esqueciam o que se relacionava com os que consideravam mão-de-obra. Era como se se tratasse de máquinas de trabalho e os outros aspectos

1. H.D.F. Kitto. *The greeks*, Londres, Penguin Books, 1951.

2. Como um exemplo entre inúmeros podemos citar *Les très riches heures du duc de Berry* e o *Breviario de Martin de Aragon*, dos inícios do século XV.

eram deixados nas sombras. Alguns relatos dedicam mais linhas e considerações sobre cavalos e inúmeras vezes há mais pormenores a respeito dos animais.

O vestuário da gente de cor pode ser examinado por diversas vertentes. Delas, três me parecem mais significativas e inclusive oferecem material documental relativamente menos escasso, possibilitando sua compreensão. O primeiro diz respeito às roupas fornecidas pelos donos a seus escravos, para cristãmente "cobrir suas vergonhas", conforme falavam desde a época dos descobrimentos. Cobriam a nudez de povos que usavam pouca roupa, diferentemente da Europa nesses séculos. A roupa fornecida tem a finalidade de levar os povos encontrados na América e aqueles que vieram como escravos a participar do universo dos conquistadores, o único que, etnocentricamente, consideravam digno e valioso. Faz parte do esforço de introduzir as colônias no âmbito das terras cristãs.

Essa finalidade de afastar a nudez leva apenas a distribuir uma roupa precária, mínima e pobre. Para quem trabalha diretamente na extração mineral, o parco vestuário se explica também pelo tipo de serviço, os pés e pernas mergulhavam na água, o torso ficava ao sol. Muita roupa dificultaria o trabalho e os poucos desenhos e representações iconográficas que encontramos do período ou mesmo dos inícios do século XIX nos mostram pretos *seminus* ocupados em extrair ouro ou diamantes. A sunga que vestem foi, algumas vezes, complementada por um chapéu de palha.

O pouco vestuário servia também para dificultar que se escondessem ouro e pedras. Facilitava-se o controle e se impedia a ocultação de alguma coisa de pequeno formato mas de substancial valor de troca.

Entretanto, não foram muito diferentes das mineiras as roupas fornecidas aos escla-

vos em outras partes do Brasil para o trabalho das roças. Aliás, nas Minas Gerais, havia um substancial número de trabalhadores agrícolas e o vestuário não diferia. No litoral, como é o caso do Engenho de Sergipe do Conde³ compravam-se lonas para couro dos negros, usados no trabalho e também seriguilha, lã grosseira, para agasalho. Julgavam que dois anos seria um bom intervalo para se comprar novas roupas, tanto para os homens como para as "fêmeas", conforme dizem nessa documentação sobre o século XVII. Também se fala em compra de capotes para os barqueiros, mas, o preço do vestuário é muito inferior ao gasto com alimentação. De resto, os panos eram comprados e tecidos na vizinhança.

Esse padrão de vestuário que deve ter sido estabelecido desde os primórdios da colonização portuguesa tinha a precípua finalidade de não ferir frontalmente os costumes da gente da Europa cristã; apenas as crianças podiam tranquilamente circular nuas, e as variações que sofreram as vestimentas foram circunstanciais, no decorrer da época colonial.

Que eram poucas e insuficientes na região das minas, podemos aferir pelas palavras de D. Lourenço de Almeida que, escrevendo ao Rei⁴ diz que os senhores trazem seus escravos nus e os sustentam mal, mas assinala que os negros procuravam o que comer e o que vestir.

As sungas e calções curtos que eram usados nas terras minerais eram de baeta ou outro material de baixa qualidade, mesmo os que eram chamados "fazenda de preto"⁵ originários de Malabar ou tecidos similares. Mesmo de sacos, pois, em uma lista de despesas com vestuário da escravatura do Serro do Frio⁶ estão elencados 136 sacos.

Nas listas de compras de vestuário para escravos encontramos muitas camisas, a maioria delas em algodão. Parte deste era

cultivado na área, a qual segundo Cunha Matos chegava a exportar o produto, mas encontramos também algodão vindo de fora, pois havia intenso comércio de troca de produtos. Em São José, por exemplo, sabemos que se fabricavam tecidos de algodão, principalmente para uso de escravos.

O uso de camisas é comum entre os livres e mesmo entre cativos que ocupam alguma posição mais significativa, como em trabalhos de mineração, quando, por exemplo, servem de vigias. Estes, conforme desenhos do período, usam casacos e chapéus que aparentemente não diferem da roupa usada pelos brancos.

Além das camisas, encontramos muitos jalecos, véstias etc. Algumas dessas são de encerado ou de materiais capazes de proteger do frio. Havia também cobertores, pois nas terras mineiras o frio é relativamente intenso, se comparado com o das demais regiões do Brasil que receberam um número avantajado de escravos no decorrer da época colonial. Naquele período, aliás, se julgava que se deveria andar bem protegido para se gozar de boa saúde. Oliveira Martins apregoava a necessidade de se manter os escravos bem cobertos e nos inícios do século passado, Spix e Martius afirmavam que faz mal mudar de roupa quando se sente calor e se transpira. Entretanto, era mínima a preocupação com vestuário em relação à saúde e os senhores de escravos, por mesquinha economia, não seguiam tais preceitos.

As informações são escassíssimas em relação ao vestuário das mulheres. Nos inícios e mesmo em todo o decorrer do século XVIII elas eram em número muito menor que os homens. A maior parte das escravas exerciam funções domésticas e as pretas e

pardas livres, bem como as prostitutas, fosse qual fosse a sua situação jurídica, tinham maior possibilidade de obter roupas melhores.

Mas, de modo geral não encontramos na região o requinte e o luxo de algumas áreas de nosso litoral, com suas escravas luxuosamente ataviadas. Entretanto, havia intensa venda de produtos de vestir. Comerciantes, mascates e mesmo negras de tabuleiro ofereciam tecidos, roupas e o mais que se desejasse e pudesse comprar.

Não havendo tanto requinte em relação aos serviços domésticos, faltava a competição ostentatória entre as diversas famílias, o que as levaria a oferecer trajes mais luxuosos a seus serviçais. Mesmo os membros da Real Extração de Diamantes, como um exemplo de autoridades poderosas, usavam escravos pagos pelo Erário para seu serviço, mas a maior parte dos trabalhos consistia em fazer hortas e pomares, carregar lenha e similares, poucos dos quais pediam requintes de vestuário. Os trabalhos da mineração e os da agricultura, que ocupavam a maior parte da população ativa, não pediam isso. O bem trajar seus escravos não constituía preocupação dos mineiros.

A maior parte dos forros pertencia à categoria dos desfavorecidos. Para eles, o vestuário, o abrigo para o frio, constituía problema quase sempre mal resolvido. Aqueles que estavam em melhor situação financeira, sendo mesmo donos de escravos, seguiam os padrões de vestuário dos demais elementos da população. A área, nesse aspecto, não foi das mais requintadas.

O material usado para a confecção das roupas, principalmente para os grupos menos abonados era, portanto, tecido na região ou vindo de áreas não muito distantes. O feito

3. Câmara Cascudo. *Dieta africana*.

4. RAM, ano XXXI, 1980.

5. Luis Antonio de Oliveira Mendes. *Memória a respeito de escravo...* apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793.

6. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, vol. 2525, 1778, ms.

de tais roupas era geralmente local. Havia alfaiates que costuravam para pessoas de maior categoria econômica e em relação aos escravos nota-se que se comprava muita linha, agulha, botões, nas listas de despesas com vestuário dos cativos. Encontramos também pagamento do feitiço de roupas para escravos⁷.

Mas, se não faz parte das preocupações dos donos o bem trajar seus negros, a gente de cor, livre ou cativa, tem grande interesse pelo assunto. Há uma surda e contínua luta entre os habitantes de cor branca, inclusive as autoridades locais e os pretos e mulatos tendo o traje como *leitmotiv*. Os primeiros faziam todo o possível, inclusive se queixando continuamente às autoridades e lhes pedindo que os segundos fossem impedidos de usar "galas", o que, na linguagem do momento, significava mostrar os símbolos de conspícua posição social.

O grupo dominante tentava constringer os que considerava "de categoria inferior" a se vestir de modo a não oferecer possibilidade de serem confundidos com eles. Tudo o que poderia significar sinal de distinção era encarado como proibido a determinados grupos e, ao mesmo tempo, procurado pelos membros desses grupos.

Esse aspecto não caracteriza apenas o Brasil escravista, mas era bastante difundido, basta lembrar, por exemplo, que na França, um decreto da Convenção em 1793 é que acabou com tal constrangimento e as pessoas, ao menos diante da Lei, gozavam de liberdade de vestuário, paralela à liberdade de expressão⁸.

Vemos aí um aspecto peculiar e significativo da real situação nas Minas Gerais do período, com suas contradições e ambivalências: por maior que fosse o esforço dos grupos dominantes, eles não conseguiam impor sua vontade, ou seja que a gente de cor não usasse "galas". A contínua reitera-

ção das leis proibitivas mostra que, apesar das proibições e dos castigos prometidos pelo não-cumprimento dessas leis, elas não eram postas em prática. Se fossem, não haveria motivo para as repetir e reafirmar depois de pouco tempo. As relações entre brancos e gente de cor que se desejava separadas totalmente, e completamente hierarquizadas, não funcionavam na prática. Ao menos do modo que alguns desejavam, pois havia um meandro de relações e de negócios quase sempre escusos que impediam que as coisas fossem levadas a ferro e a fogo. Eram as brechas e as cunhas que foram circunstancialmente se estabelecendo no sistema, aparentemente coeso e monolítico, mas na realidade repleto de frinchas, de exceções e de casos pessoais substituindo e tomando o lugar da Lei estabelecida e sancionada.

O maior ponto de discussão entre autoridades e de atritos na vida diária era constituído pelo uso das armas, pois, tal uso significava fidalguia. Estar armado significava ter superioridade de defesa e de ataque, características nada desprezíveis naquela sociedade, mas era também um símbolo de distinção.

O problema das armas foi mencionado praticamente desde a chegada de cativos a Portugal. Desde 1521, D. João III, por Alvará de 8 de julho dizia que "qualquer escravo ou negro cativo" não-acompanhado de seu senhor e que tivesse consigo espada ou punhal deveria ser castigado com açoites. Nas terras do Brasil há um contínuo expedir de leis que reiteram tais proibições e parecem ainda mais repetidas nas regiões mineiras, reafirmando com vigor o seu aspecto simbólico. Mesmo porque muitas queixas se referem aos mulatos, assinalando que eles se julgam importantes e são cheios de soberba.

Nenhum negro, carijó, mulato, bastardo ou qualquer outra pessoa que não tiver nobreza tem permissão para usar qualquer

tipo de arma de fogo, afirma D. Braz Baltazar da Silveira em 1713⁷. Conforme se vê, mulatos, além dos demais, mesmo que sejam livres, caem nessa proibição. As facas também devem ser entregues aos senhores¹⁰ e, de resto há proibição de que a gente de cor use espadim e nesse caso muitas vezes se explica que ele não deixa de ser um símbolo de nobreza. Inconformados, estes pedem que seja permitido seu uso, como é o caso dos homens pardos da Confraria de São José em Vila Rica que desejam usar espada ou espadim.

Apesar de toda a celeuma a tal respeito, as facas constituem um dos prêmios que se ofereciam aos escravos considerados, por qualquer razão, merecedores. Em quase todas as listas de compras de prêmios encontramos as assim chamadas “facas flamengas” — bastante numerosas. Além delas, encontramos também canivetes e tesouras oferecidos como prêmios.

Apesar de terem outras utilidades e, talvez por isso sejam continuamente ofertadas, conforme as listas de prêmios aos escravos, podem também ser usadas como armas. Esse também é um ponto ambíguo, pois, mesmo temendo revoltas de escravos e principalmente a ação de quilombos, armas brancas constituem prêmios, certamente bastante desejados, pois são relativamente freqüentes.

Os prêmios, sem dúvida, eram objetos almejados pelos escravos e constituíam um chamariz para qualquer ação considerada economicamente, e talvez em outros aspectos, meritória. No ponto de vista da mineração, são vistos como incentivo para que principalmente se encontre um bom veio ou uma

pedra de valor, e que se entregue o que foi encontrado. Caso contrário, isto é, se o presente não fosse desejado, de nada adiantaria acenar com ele. Não haveria nenhum resultado prático.

Assim, a gente de cor, livre ou cativa, procurava usar trajes que lhes possibilitassem sair do rol dos miseráveis e buscar uma certa distinção sempre que isso fosse possível. Nesse aspecto, os prêmios oferecidos ocupam singular papel.

Mesmo que alguns destes não passassem de roupas corriqueiras, significando apenas uma troca ou muda, como diziam, não deixam de ter importância, pois os pretos se queixam de senhores que não lhes dão roupas para trocar. Dentre os prêmios elencados nas listas de compras, sobretudo nas da Real Extração de Diamantes, e mesmo em outras, como as das Santas Casas, por exemplo, há as véstias (casaco curto, espécie de jaqueta) de chita ou de baeta, além de camisas simples e outras roupas para uso diário.

Há, entretanto, prêmios de maior valor, camisas que custam 1\$500 réis, enquanto as de soldados pedestres custam 1\$200 réis, mas há também camisas de linho, sempre um material nobre e camisas que valem 2\$500 réis cada. Calções e coletes também são oferecidos, muitos de linho e inclusive ceroulas desse material e camisas, inclusive de cetim, bem como calções desse material e especificamente fala-se na oferta de roupas de gala¹¹. Uma vez que o encontro de diamantes muito valiosos (em 1786 só com maiores de 1 oitava de peso) possibilitava a alforria, pedras valiosas mereciam prêmios condignos.

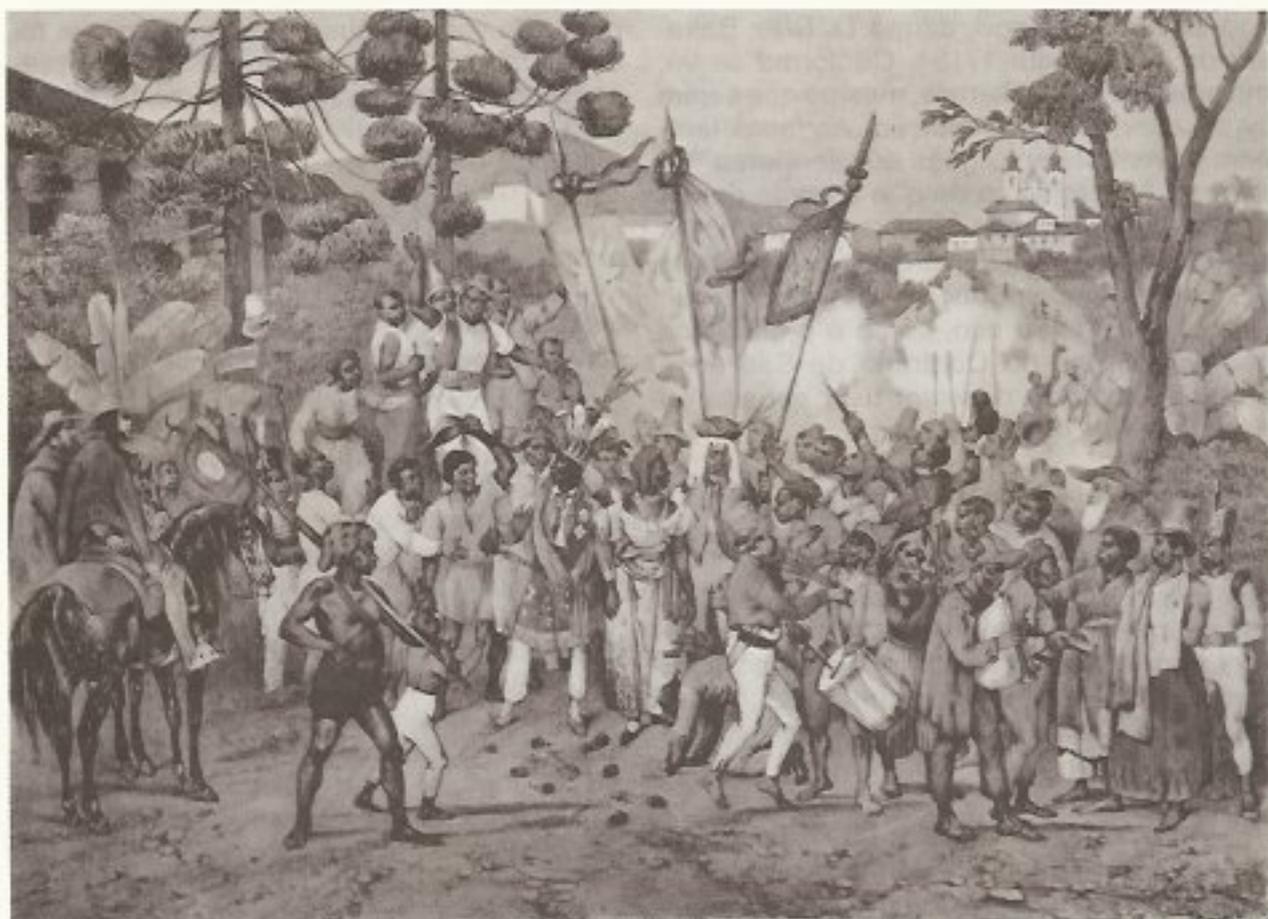
7. Lisboa, TC, Erário Régio, vol. 4084, 1786, ms.

8. Tal liberdade não se estende ao uso de roupa masculina pelas mulheres ou vice-versa, mas visa apenas abolir a diferenciação social obrigatória por meio do traje.

9. APM, AC 09-24-7-1713, ms.

10. APM-SC 27, Lisboa, AHU, MG c. 45 (classif. antiga) mss.

11. Nas listas de prêmios aos negros oferecidos pela Real Extração de Diamantes se encontram em Lisboa TC, ER em livros de Despesa e também no Rio de Janeiro Arquivo Nacional, Documentação da Real Extração de Diamantes, vol. 2525, ms.



Mas o costume de premiar não se limitava apenas a assuntos de diamantes, mesmo informações de particulares e autoridades nos mostram que tal costume era visto como normal e interessava aos proprietários e também a seus escravos. Para os primeiros era um meio relativamente fácil de estimular a procura de pedras ou veios levando a um rendimento maior, pois tal serviço depende bastante do esforço e engenho humanos. O prêmio era a contrapartida do castigo e deveria ser bastante eficaz. Os donos de escravos não se interessavam grandemente por problemas relativos às “galas” ou ao uso de armas brancas, contanto que isso não os prejudicasse diretamente. Essas questões afetavam mais especificamente as autoridades locais ou as pessoas que não dependiam basicamente de grande mão-de-obra escrava para trabalhar na mineração ou no eito. Esses

eram os que desejavam manter presos ou condenar pesadamente os escravos que haviam cometido crimes ou eram considerados arruaceiros, enquanto os donos envidam o melhor de seus esforços no sentido de manter seus cativos livres e trabalhando, mesmo que fossem criminosos. A ânsia de lucro estava sempre em primeiro lugar.

Para a gente de cor, possuir roupa ou enfeite fora do comum era sinal de distinção, proporcionando respeito e admiração de seus pares, quiçá mesmo dos demais. A vida miserável que era a regra entre os escravos da região fazia com que determinados objetos pudessem ser encarados como requinte e nesse rol encontramos lenços e bocetas para fumo, ambos oferecidos em apreciável quantidade como prêmios. Em apenas uma lista de “Prêmios para a Escrava-

ria" encontramos 81 lenços, muitos de linho. Coletes, inúmeros de linho, também eram cobichados. Esses coletes, também feitos em outros materiais nobres, não têm função essencialmente prática, não servem grandemente para abrigar do frio, não são suficientes como proteção nas terras de mineração. Para isso existem os jalecos, que constam da lista de compras para vestimenta dos escravos, além de véstias e outras. Os coletes se encontram arrolados apenas nas ofertas de prêmios.

O escravo e as demais pessoas de cor compram, sempre que possível, roupas para seu uso. Alguns cativos tinham possibilidade e permissão de trabalhar aos domingos e dias santos para si próprios. Como isso contrariava os preceitos da Igreja, há vasta documentação com críticas de eclesiásticos e outros, a esse respeito. Essa permissão de trabalho se mostrava vantajosa para inúmeros senhores, que assim evitavam gastos maiores, pois não precisavam complementar a alimentação e o vestuário dos seus escravos. Aliás isso não deixava de suscitar a ira de religiosos.

O que a gente de cor comprava para si própria era muito variado, desde a muda da precária roupa que usavam até vestimentas e objetos mais requintados. Os vendedores ambulantes, de ambos os sexos, ofereciam chitas e tecidos diversos, como durantes, baetas e outros. Havia um grande número de alfaiates, pessoas que costuravam, além de sapateiros¹² e todos esses eram em maioria mulatos e crioulos, "uns forros e outros ganhando para a alforria". Há também venda de fitas e outros enfeites, sobretudo para vestimentas das mulheres. Aliás, havia importação desses enfeites para traje¹³.

De resto, o vestuário feminino da gente de cor, conforme vemos nas obras de Debret e de Rugendas, posteriores ao período em

estudo, mas não essencialmente diferente dele, nos mostram o quanto eles eram enfeitados.

Relatórios enviados para Lisboa por autoridades encarregadas de mostrar a situação na região das minas afirmam que negros de determinadas lavras são seguramente desencaminhados, pois usam casacas de chita, calções de cetim e até mesmo veludo, além de enfeites. Segundo os informantes, isso só pode ser fruto de roubo e contrabando e resulta do desejo de se sobressair.

Evidentemente, a sociedade como um todo se preocupava com o luxo das pessoas de cor que tivessem alcançado a liberdade. Principalmente os mulatos eram alvo dessa má vontade que acompanha todo o século XVIII. Sem dúvida, pretos e mulatos livres, sempre que tivessem tal possibilidade se vestiam e usavam os enfeites dos grupos mais favorecidos.

Buscavam de algum modo ter alguma coisa que lhes pertencesse e lhes desse alguma espécie de distinção. O maior símbolo de riqueza era, sem dúvida, a propriedade de escravos. Além do desejo de enriquecer, uma vez que todo o trabalho estava assentado na mão-de-obra cativa, há também o prestígio que isso traz, na raiz da posse de escravos por mulatos e negros livres ou forros. Assim, fosse qual fosse a cor da pele, logo que possível se comprava um escravo. Sem dúvida, para as pessoas de cor isso não era tão simples e poucas tiveram significativo número de cativos. Estes eram indispensáveis para se obter a posse de terras.

As casas, que poderiam demonstrar riqueza e boa posição social, não eram grandemente valorizadas. As mais comuns e encontradas eram muitas vezes frágeis e precárias e, como valor eram, de certo modo, quase equiparadas aos trajes. Não valiam

12. Lisboa, TC ER 4088, Exposição dos abusos, de 1780, trata de muitas dessas questões, além de outras fontes, como o Bando de 1º de dezembro de 1720, in: B.H. APM, SC 07 e outros.

13. Luis Lisanti. *Negócios coloniais*, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado, 1973.

muito mais em um período no qual roupas velhas e puidas constavam de inventários. Dentre os inúmeros documentos que tratam de questões de herança e nos mostram esse aspecto, encontramos na correspondência de Rafael Pires Pardini¹⁴ a menção de que, com o falecimento de um Cabo, se fizera o rol de suas roupas a fim de serem vendidas e o dinheiro apurado enviado para Lisboa. Continua dizendo que a isso se juntaria o resultado da venda das casas que “ainda se conservam de pé”. As roupas se viam equiparadas às propriedades urbanas.

Assim, o que se usava no próprio corpo constituía o modo mais fácil e acessível para se alcançar certa distinção, no seio de seu grupo e mesmo na sociedade como um todo. De resto, a roupa sempre teve o papel social de separar e de distinguir categorias. No Brasil dos primeiros séculos isso é manifesto.

O calçado tinha no período um aspecto peculiar. A documentação praticamente não menciona a questão do calçado relacionado com o escravo e mesmo com a gente de cor. Entretanto, a iconografia nos mostra pretos¹⁵ vigiando o trabalho da mineração e eles estão vestidos com trajes completos, que abrangem calções, meias, coletes, chapéus e inclusive estão calçados. Trajes em tudo similares aos dos brancos de categoria. Mas isso era raro.

De qualquer modo notamos que o traje, os enfeites e as armas são vistos como sinais de distinção, um modo de se sobressair, se distinguir dos mais miseráveis que nada tinham.

Nota-se que existia uma peleja contínua entre os donos do poder e a gente de cor. Os primeiros buscavam separar nitidamente as categorias e expedem contínuas acusações contra os outros, sobretudo a respeito do uso das armas e também sobre o uso de luto e de outras prerrogativas de vestuário que consideram monopólio seu.

Há uma surda luta no sentido de manter o menos igualitária possível aquela sociedade essencialmente desigual.

Sem as contingências das vilas e arraiais, a situação no quilombo deveria ser diversa. Não encontramos, entretanto, documentação capaz de esclarecer a situação de vestuário em uma sociedade segregada daquela geral, e que vivia suas próprias características não sofrendo dos mesmos problemas. Entretanto, até o momento, não há possibilidade de se analisar essa questão. É certo que aspectos relativos à defesa e mesmo à alimentação teriam aí um peso maior.

No decorrer do século XVIII houve na região mineira épocas de maior abundância e outras de escassez. Entretanto, como um todo, a gente de cor e mesmo os escravos tinham possibilidade de caçar, pescar, criar animais, plantar pequenas roças. Há escasso número de habitantes e muitas terras, inúmeras delas cobertas por matas que foram exploradas e mesmo destruídas. Se não havia possibilidade absoluta de complementar a própria alimentação, tal complementação é sempre mencionada, desde o tempo de D. Lourenço de Almeida, que aliás, assinala ser o vestuário uma das preocupações da gente de cor. Não notamos, como mostra Robert Darnton, em relação à França de determinadas épocas, que todas as preocupações e desejos tinham por assunto a comida¹⁶.

A pintura, essencialmente religiosa do período, com seus anjos e santos não é informativa a respeito dos trajes das pessoas de cor. Mas, alguns ex-votos, como é o caso do que representa um milagre da Senhora Santa Anna e que se encontra em Ouro Preto¹⁷, são bastante significativos e nos dão algumas informações, pois mostram um preto sendo curado por milagre da santa numa reprodução que segue fielmente as convenções. Como era de uso, o pedinte está deitado em belo leito recoberto por colcha vermelha e na cabeça tem uma touca

de dormir, com borla. Ex-voto típico de situação de pedido de socorro em caso de doença, esse, como outros, segue as regras e manifesta os requintes de pessoas bem colocadas socialmente e capazes de encomendar um tipo de representação característica e convencional. Para sua execução deve ser escolhido alguém especializado e o encomendeiro se vê colocado em posição de respeito. Seja a encomenda feita pelo doente ou sua família, ou por outrem, houve procura de uma integração na sociedade bem estante e convencional.

Evidentemente apenas poucos elementos da comunidade de pretos e mulatos podiam buscar no traje um meio de ascensão. Mas, sempre que possível, eles procuravam uma participação que os levasse a se destacar da multidão anônima e isso era vivamente sentido pelos grupos dirigentes locais, que reclamavam para a Europa e pediam continuamente medidas coercitivas, afirmando que a gente de cor era "rebelde e soberba". Não se esquecem de mencionar o que consideram abusivo em termos de vestuário.

Os pretos e mulatos, por sua vez, trajando como os brancos procuravam enfatizar a separação discriminatória apenas em termos de situação jurídica: livres e escravos, mas na prática a discriminação também se baseava na cor.

Quanto à roupa desejada ou sonhada, ela era usada apenas em determinadas circunstâncias. Trata-se de traje excepcional e é possível dizer-se que se liga miticamente ao passado, um passado muitas vezes mais sonhado e imaginado do que real.

No desejo de se sobrepor, ultrapassar a difícil condição a que estavam subme-

tidos, busca-se um imaginário que tem por meta as terras africanas, transformadas e mitificadas, inclusive porque muitos sequer as conheciam. Constituía um modo de modificar uma situação constrangedora, ocupar posição diversa da de um cotidiano hostil. Era um ideal de liberdade, de posse de seu próprio corpo, de busca, ao mesmo tempo de sobrevivência e de adaptação na terra desconhecida na qual estavam como cativos.

A idealização do passado atingia tanto ou mais aqueles que o conheciam apenas pela boca de outros e a impossibilidade de se reencontrar tal passado real ou imaginário levava muitos a procurar na realidade americana um lugar que lhes desse melhores condições de existência, e lhes oferecesse um certo prestígio.

O quilombo oferecia a possibilidade mais radical de se alcançar melhor situação de vida ou ao menos a posse de si mesmo e a oportunidade de se atingir uma posição prestigiosa no seio de sua própria sociedade. Nas Minas Gerais os quilombos foram muito numerosos, segundo a documentação, mas quase todos tiveram existência efêmera. Se a mineração permitia a seus habitantes a sobrevivência pela agricultura, mas principalmente pela garimpagem, esse aspecto vai constituir uma das grandes facetas da fragilidade da existência desses agrupamentos.

A garimpagem os obrigava a um contato contínuo com grupos marginais das vilas e arraiais mineiros e a própria existência de ouro e de pedras em lugares explorados pelos quilombolas levava a uma expansão do povoamento feito pelos brancos, expulsando, com o auxílio da tropa oficial, quase sempre, os quilombolas para outros lugares, quando não à destruição e morte dos habi-

14. Lisboa, ANTT, Manuscritos do Brasil, Livro nº 5, ms.

15. Lisboa, AHU, há coleção de trabalhos mostrando a mineração do diamante, na qual se pode notar com clareza o traje dos mineradores e dos feitores.

16. Robert Darnton. *O grande massacre dos gatos*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

17. Alguns ex-votos nos mostram o doente preto de modo similar ao deste de Ouro Preto.

tantes do quilombo. Assim, essa situação faz do quilombo, em geral, um enclave temporário, destruído à medida que cresce a população e se expande o povoamento oficial.

Na vida diária, a gente de cor numericamente mais significativa, que se encontrava quer escravizada, quer na quase sempre precária situação dos desfavorecidos, procurava melhorar sua condição individual. As festas eram um modo de sair, ainda que momentaneamente, dessa dura realidade em que se encontravam, na qual eram discriminados e maltratados por serem escravos ou pela sua cor. O mundo temporário e diverso trazido pelas situações festivas constituía uma maneira capaz de satisfazer de algum modo o desejo de prestígio. Mesmo que por poucos momentos era um modo de se sobressair.

O vestuário tinha a função de manifestar visivelmente a ruptura com a vida diária, o encontro com uma posição elevada e distinta acima dos demais.

Entrava-se no tempo mítico da festa¹⁸, no caso e no período, festas do catolicismo, temperadas, porém, com danças e cantos africanos quase sempre, e que traziam muito valorizadas oportunidades de se exibir um valioso vestuário. É o momento em que personagens fora do comum e da realidade local tomam corpo e participam integralmente no dia-a-dia da comunidade. É a ruptura com o curso normal de trabalho e miséria esgotante, de comida repetitiva e monótona, de trajes pobres e indesejados.

A maneira mais visível de mostrar essa violação da realidade cotidiana e corriqueira é representada pelo traje. Afirmam uma situação diversa daquela diária; colorida e festiva, ainda que efêmera. Constitui um momento em que a gente de cor não se vê posta de lado, empurrada para uma pobreza obscura e apagada. Os reis nas festas de irmandades, os reis do Congo, as rainhas e mesmo a corte eram eleitos e, segundo Bastide¹⁹,

essa situação paradoxal se estendia a toda a América católica.

Nos livros das irmandades da gente de cor sempre se fala com grande respeito dos reis e das rainhas, mesmo daqueles que o foram no passado²⁰. Os demais membros da comunidade também se mostravam considerados com essas autoridades efêmeras. Podiam assim apaziguar os ânimos, controlar a gente de cor e lhes proporcionar o "circo", uma vez que o "pão" fornecido era amargo e parco.

As tradições africanas, ao menos as dos bantos, se aproximavam desse tipo de festas, com suas cores vivas, que constituíam a característica do vestuário dos principais personagens dessas comemorações, com seus reis, rainhas, príncipes e princesas, porta-estandarte e mordomos, personagens variando conforme o local. Nas Minas Gerais, pelo que pudemos notar, não havia restrições em relação à participação de pessoas das mais variadas etnias africanas, não havendo impedimento para se alcançarem as cobiçadas distinções. Isso se refletia também nos senhores de escravos escolhidos, e estes muitas vezes se empenhavam para a escolha de quem lhes pertencia.

A feitura dos trajes parte de características tipicamente européias. Koster, por exemplo, descrevendo as roupas do rei e da rainha, assinala que são à moda antiga, ou seja, repetem trajes europeus já em desuso no velho continente. Mas nota também que as cores são vivas e variadas. Usavam grandes saias e justos corpetes, com muitos enfeites e os homens seguiam os trajes de corte, primando pela suntuosidade e mesmo extravagância, em determinados casos.

Nas festas comuns a todos os habitantes da Capitania, tais como Corpus Christi, do Espírito Santo ou na Semana Santa e outras, como foi o Triunfo Eucarístico em Ouro Preto, por exemplo, a gente de cor

que delas participavam ativamente por meio de suas irmandades timbrava em se vestir como os demais, com o mesmo luxo e qualidade. As opas são de seda, inclusive branca, usam capelinhos e enfim tudo o que os levasse a participar condignamente das festividades, em situação similar à dos demais. É quando a gente de cor consegue ocupar um lugar que não alcança atingir na vida cotidiana e lembra a nobreza perdida, quando, no século XVI, alguns africanos visitaram Portugal como convidados de El-Rei e não violentamente obrigados a servir como cativos.

A ocasião festiva, quando o preto pode exibir decoro e luxo, constitui uma ruptura das normas e das relações entre os grupos que vivem colocados em situações antagônicas de escravo-senhor ou preto-branco e, por um tempo muito breve, se pretende esquecer o preconceito habitual. É quando é possível se colocar miticamente em face a uma realidade transcendente, quando, chegava-se às conseqüências radicais das crenças que os senhores afirmavam praticar. É um reinado do efêmero, uma situação de sinal trocado, mas mesmo assim não se economizavam esforços para que essa situação, como no nosso carnaval, tivesse seu brilho e seriedade.

Também diferente da situação habitual e precária, a representação de santos de cor nos altares católicos mostra e afirma a auto-valorização. Tomando apenas os trajes e

os atavios como referência, notamos que São Benedito, Santa Efigênia e Santo Antonio de Catagerona usam roupagens similares a de todos os demais santos. Inúmeros sinais externos de importância e grandiosidade assinalam que esses santos deveriam ser vistos como figuras do panteão celeste, fosse qual fosse a cor de sua pele.

Nas igrejas de irmandades de gente de cor, são muito numerosas e ricas as representações desses patronos, mas mesmo em igrejas de brancos eles são encontrados. As figuras esculpidas seguem o estilo vigente e as roupagens e mantos se desdobram em pregas e em desenhos dourados, como as dos demais. As modificações de estilo seguem a moda do momento, sem interferência de outras considerações.

Alguém que mereceu a honra dos altares também merece trajes de prestígio e posição majestática. Como acontece com as representações dos ex-votos, notamos que mesmo os habitantes brancos das terras mineiras são, muitas vezes, devotos de santos de pele escura.

O traje do santo de origem africana constitui, do mesmo modo que as roupas de rei e de rainha, uma maneira de manifestar importância e valor em face a uma sociedade que tudo fazia para manter a dicotomia preto e branco.

18. Agnès Villadary. *Fête et vie quotidienne*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1968.

19. Roger Bastide. *Les Amériques noires*, Paris, Payot, 1967.

20. Julita Scarano. *Devoção e escravidão*, São Paulo, Nacional, 1979.